

Constituinte começa a preparar o texto da Carta

BRASÍLIA — Encerrada no fim de semana a fase dos debates, o jogo de pressões e lobbies nas oito Comissões e Subcomissões que se reuniram nos últimos meses, a Assembléia Constituinte se encaminha agora para a chamada "fase dos profissionais": durante 60 dias, técnicos, especialistas em Direito Constitucional, políticos de reconhecida capacidade de conciliação tentarão dar ao calhamaço de mais de 500 artigos a forma de uma Constituição enxuta, simples e objetiva.

O primeiro objetivo do "Conselho dos Quatro" — um grupo formado por quatro peemedebistas especialistas em Direito, denominados de Relatores Adjuntos, criado pelo Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) — será compatibilizar os sete substitutivos aprovados nas Comissões Temáticas, respeitando os princípios programáticos do PMDB. Nesse primeiro momento, a preocupação maior será respeitar a técnica jurídica, mas já dando início a uma negociação política em torno do relatório da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação, que foi derrotado. Bernardo Cabral afirmou:

— Nós cinco iremos cuidar das questões técnicas e jurídicas da elaboração da nova Carta Constitucional. As questões políticas serão tratadas por pessoas competentes para esse fim.

Dentro dessa diretriz, o grupo composto pelos Senadores Wilson

Martins (PMDB-MS), Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), José Ignácio Ferreira (PMDB-ES) e pelo Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) terá mais oito constituintes de diversas correntes partidárias para auxiliá-lo nas negociações em busca de pontos consensuais, procurando evitar radicalizações no plenário da Comissão de Sistematização. Por isso mesmo, o Deputado Bernardo Cabral achou melhor denominar esses oito de "Relatores Auxiliares". São Adolfo de Oliveira (PL-RJ), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), Virgílio Távora (PDS-CE), Renato Viana (PMDB-SC), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC) e Nilson Gibson (PMDB-PE).

O elo de ligação entre o "Conselho dos Quatro" e os "Relatores Auxiliares" será o Deputado Adolfo de Oliveira, que terá a missão de conciliar as propostas apresentadas entre os dois grupos.

O Presidente da Comissão de Sistematização também pretende se assessorar para os trabalhos da Constituinte. Para isso, já convocou três membros da Comissão de Estudos Constitucionais criada pelo Governo para elaborar um anteprojeto de Constituição que serviria de subsídio para os trabalhos da Assembléia: o advogado Ferro Costa, que defende o controle da exploração mineral pela União; o constitucionalista José Alberto Assunção, professor universitário e procurador do PFL; e o ex-Deputado e ex-Senador Mário Martins.

UM SOCIOLOGO



Fernando H. Cardoso

Nacionalista e conciliador

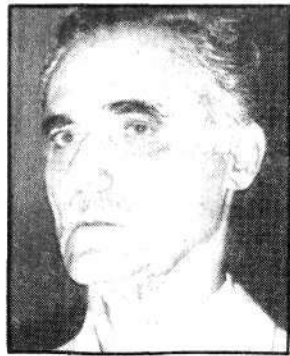
BRASÍLIA — Professor e sociólogo respeitado internacionalmente, o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) integra a chamada ala "progressista" do PMDB, onde assume a defesa de posições estatizantes e nacionalistas. Reformista, visa mudanças estruturais na economia e no campo social. Na Assembléia Nacional Constituinte, prega o caminho da conciliação como forma correta de avançar nos diversos setores da vida nacional:

— A esquerda não pode cometer na Constituinte o erro de, formulando propostas radicais, assustar o centro e deslocá-lo para o lado dos conservadores — costuma dizer.

Fernando Henrique iniciou sua vida política no final dos anos 70. Começou a militar no antigo MDB de São Paulo. Foi Vice-Presidente do PMDB-SP em 1980 e, em 1983, assumiu a vaga do Senador Franco Montoro, eleito no ano anterior para o Governo de São Paulo.

Em 1985, disputou a Prefeitura de São Paulo sendo derrotado pelo ex-Presidente Jânio Quadros, do PTB. Sua derrota foi atribuída à falta de habilidade política e a setores peemedebistas a quem sua vitória não interessava.

UM EX-UDENISTA



Senador Wilson Martins

Cassado, hoje é 'moderado'

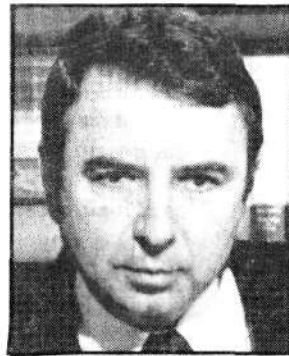
BRASÍLIA — Wilson Martins foi Governador de Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1986. Participou da fundação da UDN, em 1945. Deputado Federal eleito para o mandato de 1967 a 1971, foi cassado em 1969.

Considerado um "moderado", tem afinidade com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, exatamente por ter sido Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da mesma forma que Cabral.

Nascido em Campo Grande, Wilson Barbosa Martins bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1939. Voltou para seu Estado e logo em seguida iniciou sua vida pública, como Secretário-Geral da Prefeitura Municipal de Campo Grande. Pouco tempo depois, tornou-se Prefeito.

Em outubro de 1954, elegeu-se, pela União Democrática Nacional (UDN), suplente do Senador João Vilasboas. Só em outubro de 1962 conseguiu ser eleito Deputado Federal por Mato Grosso, novamente pela UDN. Com a criação do bipartidarismo, filiou-se ao MDB, do qual foi Vice-Líder. Nas eleições de 1982, foi consagrado Governador, já pela legenda do PMDB.

UM VETERANO



José Ignácio Ferreira

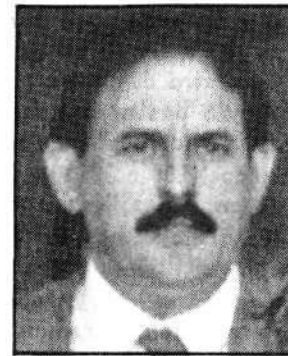
O advogado 'moderado'

BRASÍLIA — O Senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES) é tido como um "moderado". No entanto, não foi bem sucedido nas articulações políticas para a escolha do candidato do partido ao Governo do Espírito Santo. Ele pretendia suceder Gerson Camata, mas acabou perdendo a indicação para Max Mauró.

Professor da Faculdade de Direito do Espírito Santo, tem como especialidades o Direito Penal, Civil e Imobiliário. É autor de dois livros em defesa das microempresas — "Em Favor da Microempresa" e "Perspectivas das Microempresas". Foram essas especialidades que o credenciaram a ser escolhido para participar, na Comissão de Sistematização, com um dos quatro principais adjuntos do Relator Bernardo Cabral.

Já ocupou por duas vezes a Vice-Liderança do PMDB, e este ano, conseguiu ser eleito para a primeira Vice-Presidência da Mesa. Filho de Aristóbulo Inocêncio Ferreira e D.Jurandy Ferreira, ele começou na política em 1963, como Vereador em Vitória pelo PSD. Eleito Deputado estadual pelo MDB em 1966, foi cassado em 1969. Ex-Presidente da OAB-ES de 1979 a 1982, ano em que foi eleito com 186.275 votos.

UM ESTREANTE



Deputado Nelson Jobim

Novato, mas prestigiado

BRASÍLIA — Néelson Jobim (PMDB-RS) não tinha militância partidária até ser eleito pelo PMDB gaúcho, na região de Santa Maria, pela mesma base eleitoral do ex-Deputado João Gilberto Lucas Coelho, que desistiu de tentar a reeleição para disputar — e perder — o Senado. Em poucos meses de atuação, no entanto, Jobim já conquistou um interlocutor em questões constitucionais: o Presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. Além de Ulysses, Jobim conquistou outros admiradores pela sua independência política e grande saber jurídico.

Advogado, ex-dirigente da OAB, Néelson Jobim se identifica com os "progressistas" do PMDB, mas não segue as diretrizes do seu mestre, João Gilberto. No Rio Grande do Sul, identifica-se com a linha política do "progressista" Paulo Bisol, o Senador responsável pelo relatório da Comissão de Soberania e Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

É filho do ex-Governador gaúcho Wálter Jobim e D. Ana Niederauer Jobim. Seu pai foi eleito em 1947 pelo PSD e posteriormente nomeado Embaixador no Uruguai, onde ficou até 1954.

Cabral lista temas mais polêmicos

BRASÍLIA — A reforma agrária será o tema mais polêmico da Comissão de Sistematização. Esta é a opinião do relator da comissão, Deputado Bernardo Cabral



Bernardo Cabral

(PMDB-AM). Segundo ele, outros pontos polêmicos na Sistematização serão a duração do mandato presidencial, a definição do sistema de governo e a questão da Comunicação.

Cabral fez ontem um balanço do resultado das votações nas comissões da Assembléia Nacional Constituinte: os maiores avanços foram identificados pelo relator na Comissão da Ordem Social, onde foram aprovadas a jornada de trabalho de 40 horas semanais, a estabilidade no emprego e a seguridade social. Os maiores retrocessos, segundo ele, ocorreram no campo da reforma agrária e na Ordem Econômica.

O Deputado concordou que o texto aprovado para a reforma agrária, na Comissão da Ordem Econômica, ficou "aquém" do Estatuto da Terra. Ele acredita, porém, que os membros da Comissão de Sistematização realizarão avanços dentro do tema.

— Os que retrocederam vão notar que a função social da terra não pode ser essa. Eles devem avançar, acredita.

A radicalização ideológica, dentro da Sistematização, não foi descartada por Cabral. Disse esperar, no entanto, que prevaleça o bom senso e o entendimento para a realização dos trabalhos. Para ele "é bom que cada parlamentar transiaia.

Na primeira fase dos trabalhos, a Comissão de Sistematização irá apenas compatibilizar aquilo que está nos substitutivos aprovados nas comissões, segundo o relator. Ele acredita que a nova Constituição deverá ter mais de 300 artigos.

Relator tem prazo para preparar o projeto, que em julho vai a plenário

BRASÍLIA — Depois de receber os relatórios das Comissões Temáticas, o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, terá até o próximo dia 26 para apresentar um anteprojeto contendo todas as propostas aprovadas. O dia 27 será destinado à distribuição dos avulsos do anteprojeto. Somente a partir do dia 28 a Comissão de Sistematização fará sessões para discutir as emendas apresentadas ao anteprojeto de Bernardo Cabral, durante cinco dias.

No dia 3 de julho terá início o prazo para o Relator fazer apreciação das emendas, devendo entregar um parecer com um projeto de Constituição no dia 7 de julho. O dia 9 do mesmo mês será destinado à votação do projeto e emendas. Somente seis dias depois a redação final será encaminhada ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte, para apresentação de novas emendas e discussão das propostas que já tiverem sido apresentadas.

Ordem Social prorroga sessão para evitar obstrução dos 'moderados'

BRASÍLIA — A votação do substitutivo do relator da Comissão da Ordem Social, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), terminou apenas às 4h30 da manhã de ontem. A decisão do Presidente da Comissão, Deputado Edme Tavares (PFL-PB), de prorrogar a sessão, acabou inviabilizando a manobra dos "moderados" de obstruir a votação até às 24 horas de domingo, quando terminaria o prazo para que a Comissão deliberasse sobre a proposta do relator.

Caso desse resultado a estratégia dos "moderados", a Comissão da Ordem Social acabaria sem nenhum relatório para apresentar na Comissão de Sistematização e, com isso, a estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, a unicidade sindical e outros pontos defendidos pelos "progressistas" seriam derrubados.

Para tentar neutralizar a manobra dos "moderados", o grupo "progressista" retirou todos os seus pedidos de destaque para votação de emen-

das, num total de 241. Mesmo assim, ainda ficaram 256. Como já eram 22 horas, a tensão no Plenário acabou provocando um tumulto que por pouco não acaba em luta corporal: irritado com a obstrução que era comandada pelo Deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) e pelo Senador Odacir Soares (PFL-RO), o Deputado Francisco Kuster (PMDB-SC) partiu para cima de Rosenmann acusando-o de ter "comprado o mandato". Ele foi contido pelos deputados Eduardo Jorge (PT-SP) e Paulo Paim (PT-RS).

Preocupados com o tempo, os "progressistas" pediram ao Presidente da comissão que convencesse o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, a prorrogar o tempo da sessão. Além disso, havia ainda uma questão de ordem levantada pela Deputada Benedita da Silva (PT-RJ), pedindo que apenas os pedidos de destaque com assinatura de quatro

constituintes fossem aceitos para votação.

Edme deixou a sessão e passou a Presidência dos trabalhos ao Deputado Hélio Costa (PMDB-MG), que acatou a questão de ordem levantada por Benedita da Silva, o que acabou reduzindo para apenas 13 os pedidos de destaque. Isso, no entanto, não foi suficiente para garantir a votação até às 24 horas. Depois que Edme conversou com Ulysses Guimarães, resolveu prorrogar a sessão dizendo que o processo de votação não poderia ser interrompido.

Com isso, o grupo "moderado" deixou a reunião e a obstrução acabou. Mesmo assim, algumas emendas ainda foram votadas porque Edme não aceitou a decisão de Hélio Costa e preferiu examinar todas as emendas que foram apresentadas ao relatório da Constituinte. Com o passar do tempo o cansaço dominou os constituintes, que resolveram votar todas as propostas em bloco, permitindo a agilização da votação.

Fiesp combate jornada semanal só de 40 horas

SÃO PAULO — Os empresários começam a se mobilizar hoje contra a aprovação, pela Comissão de Ordem Social da Constituinte, da estabilidade no emprego, pagamento das férias em dobro, jornada semanal de 40 horas e amplo direito de greve. Dizendo que "uma situação dessas é dramática para as empresas, pois só aumenta encargos e desestimula novos investimentos", o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, afirmou ontem que leis nesse sentido "não podem surgir dessa forma, pois o País não está em estágio econômico adequado para suportar tudo isso de uma vez".

— Concordo que algo precisa ser feito para modernizar e melhorar a Lei de Greve, mas as 40 horas são discutíveis e precisam ser melhor analisadas, e a estabilidade e as férias em dobro são algo, neste momento, fora de propósito, que não dá nem para pensar — disse Amato.

Cabral começa a trabalhar hoje no parecer da Família

BRASÍLIA — O Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), começa a trabalhar hoje no parecer que dará aos temas tratados pela Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação. Como a Comissão da Família não conseguiu aprovar um anteprojeto na sessão que terminou à 1h10m de ontem, ele vai se basear nos anteprojeto aprovados nas subcomissões, nos dois substitutivos derrotados do Relator Artur da Távola (PMDB-RJ) e nas emendas a ele apresentadas. Deverá terminar o trabalho em dez dias.

A Comissão da Família foi a única das oito Comissões da Constituinte que não conseguiu aprovar um anteprojeto e enviá-lo à Comissão de Sistematização. Os dois substitutivos do Relator foram derrotados e, durante as 64 horas de votação, "moderados" e "progressistas" não conseguiram

chegar a acordo para fazer outro. O Presidente da Comissão, Senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), também não conseguiu aprovar as emendas apresentadas aos substitutivos, por causa da obstrução feita pelos "progressistas".

Requerimento, assinado por 35 Deputados e Senadores, foi entregue a Gadelha na manhã de ontem. Nesse documento está expresso o repúdio dos "moderados" ao relatório preparado por Artur da Távola e rejeitado, domingo, pelo plenário da Comissão. Eles destacam que, utilizando recursos anti-regimentais, grupos minoritários da Comissão, aproveitando-se de prazos exíguos determinados pelo Regimento da Constituinte, impediram a manifestação da vontade da maioria. E frisam que "os grupos minoritários utilizaram-se com mais violência do instituto do decurso de prazo, tão condenado pela opinião pública".